

mudar a



vida

publicação do graal

- um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo
- um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade
- um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos

RECONHECER O PODER



A NATUREZA DO PODER

O poder é, antes de mais, a capacidade de impor um querer próprio às coisas e aos seres humanos. Tal capacidade pode ser julgada a partir de duas perspectivas divergentes:

Segundo a primeira, o poder é de **natureza divina** — sinal de uma eleição, de uma escolha que vem do alto. Nesta perspectiva, o poder não se «merece», não exige qualidades excepcionais; é, ele próprio, revelador dessas qualidades. Um homem vulgare, inadvertidamente «marcado» pelo poder, transforma-se, torna-se digno do poder pelo simples facto de o exercer. Por isso, o seu carisma se reveste de qualquer coisa de radicalmente impessoal, de simbólico — a tal ponto que em certas culturas existe um vocabulário próprio para designar cada parte do corpo do soberano! Assim encarado como valor em si mesmo, o poder tem um carácter mais metafísico do que moral.

Na perspectiva oposta, o poder surge como sendo de **natureza material**. Detêm o poder os que têm maior força física e que podem servir-se dela como ameaça ou os que dispõem de recursos necessários a outros. O uso do poder tem assim a sua contrapartida no «desejo de viver» de quem se lhe submete. O poder é assim rejeitado como um mal por aqueles que o ressentem. Não porque viola princípios morais, mas porque é, por natureza, um constrangimento à liberdade, uma forma de não-liberdade.

Nesta como na outra perspectiva, esquece-se que o poder é uma realidade especificamente humana. Só os homens podem falar de poder, no sentido próprio do termo. O direito do mais forte, tal como se exerce na selva, não é ainda poder. Na sua realidade humana, o poder implica que os planos da natureza e da sobre-natureza se entrecruzam, se afrontam, dando lugar a um novo espaço onde as alternativas propriamente morais se constroem.

Historicamente, os dois pólos extremos do poder — delegação transcendente e triunfo da força — assumem a forma de legitimidades intermediárias: a legitimidade do «direito divino» é substituída pela legitimidade que confere a vontade popular; o direito do mais forte manifesta-se através da força das armas ou dos grandes poderes económicos. Os dois pólos podem reunir-se quando a vontade popular, seduzida pela força, confere a mesma legitimidade ao poder.

PODER DIFUSO E OMNIPRESENTE

No sentido amplo e difuso do termo, o poder está presente em cada gesto humano. Onde quer que os seres humanos desejem, queiram ou ajam, exercem **poder**, na medida em que o seu desejo, a sua vontade ou a sua acção têm implicações sobre outros. Viver é, em certa medida, dominar, retirando a outros o ar, o silêncio, o pão, o tempo e o lugar a que têm direito...

Todo o homem que exerce a sua liberdade exerce um certo **poder** e encontra-se, portanto, mergulhado numa situação conflitual. É a própria vulnerabilidade do ser humano, a sua condição mortal, o seu apego a bens que ele pretende criar ou defender, que fazem dele um ser irremediavelmente em luta — em luta pelo poder.

E não se pense que este poder — inseparável da condição do homem — se deve apenas à parte animal da sua natureza. O animal não tem poder: serve-se da sua força. O leão ou a cobra devoram as suas presas mas não têm poder sobre elas; o homem sim, na medida em que **assume** a sua vida e a dos que lhe são próximos. Ao usar a sua força atribui-lhe uma origem e uma finalidade. Essa força perde assim a inocência e converte-se em poder.

É, pois, demasiado simplista opor radicalmente liberdade e poder, exaltando a primeira e condenando o segundo. Existe uma relação estreita, indissolúvel, entre o poder e a liberdade: não há poder sem liberdade, porque o poder só o é quando exercido por um ser livre sobre os outros seres igualmente capazes de liberdade; mas também não há liberdade sem poder, porque a liberdade supõe a capacidade de agir, de imprimir uma marca voluntária na realidade única dada a todos.

Os próprios gestos de renúncia ao poder (segundo o modelo cristão puro, por exemplo) contêm em si uma afirmação de poder. Assim, qualquer indivíduo ou grupo que enfrente os poderes estabelecidos, ainda que o faça em nome da não violência e da contestação dos meios do poder, está não só a exercer o seu próprio poder como a pretender aumentá-lo. A própria greve da fome é uma forma de chantagem em vista de um poder: «faz o que eu quero ou faço de ti um assassino».

UM PODER AMEAÇADO

Apesar da sua natureza simultaneamente metafísica e existencial, o poder é sempre, na sua essência, um poder ameaçado: ameaçado de dentro, pela sua complexidade interna; ameaçado de fora, por outros poderes ou por forças que poderiam tornar-se poder.

É por isso que o poder se faz rodear de um aparelho de força física: polícia, exército, forças da ordem.

É por isso que o poder tenta apoderar-se do tempo, da duração.

É por isso que ele se apresenta, simbolicamente, como continuidade com o passado, como acção presente e como perspectiva do futuro.

É por isso que ele mobiliza a identidade e a mudança, o adquirido e o por fazer.

Olhar o poder como uma realidade segura, fria, intocável, é perder de vista a sua natureza passional, vulnerável, insaciável, inevitável...

Jeanne Hersch

in «Rencontres Internationales de Genève»
1977

O PODER DE NINGUÉM

No arquétipo do poder, há sempre alguém que é o seu detentor ou a sua encarnação, quaisquer que tenham sido as razões que o legitimem.

Nas sociedades actuais parece existir uma fragmentação desse arquétipo: o poder infiltra-se por toda a parte, por toda a parte há pequenos chefes que dependem doutros pequenos chefes, os quais, por sua vez, dependem doutros chefes ainda mais pequenos, até àqueles de quem depende apenas a própria mulher. E não se trata aqui do poder difuso que considerámos intrínseco ao próprio acto de desejar e de querer, comum a todos os mortais. Trata-se do poder miniaturizado, hierarquizado, que envenena a vida das empresas, das fábricas, das organizações nacionais e internacionais, dos centros de investigação, das sociedades comerciais e mesmo das instituições universitárias. Nunca se defendeu a igualdade com tanto ardor. Mas nunca, como hoje, a hierarquia — uma hierarquia minuciosa e miniaturizada — invadiu de forma tão acabada a vida quotidiana!

No interior destes quadros, o poder é quase anónimo, abstracto. Depende de um organigrama que não possui nem se reclama de nenhuma legitimidade original ou finalizada. A sua razão de ser é o ganha-pão, a esperança de uma promoção, o medo de uma sanção ou de um despedimento, por vezes o simples manter das aparências.

É assim que o poder se infiltra em todo o corpo social: um poder a que todos se sujeitam, embora raramente o reconheçam. Porque não está em causa nenhuma questão de vida ou de morte — apenas pe-

quenas questões de ganho ou de prestígio — o jogo do poder é necessariamente mesquinho e nivelador. Cada um depende de um alguém provisório e, através desse alguém, de um corpo social cuja razão de ser não é posta em causa. Assim se exerce o **poder de ninguém**.

O **poder de ninguém** infiltra-se por toda a parte e aniquila as resistências ao poder político personalizado em alguém. Se Hitler pôde deter o poder que deteve ou se outros déspotas puderam fazer funcionar o regime de Goulag, foi graças à paralisia criada pelo poder de ninguém. Na medida em que garante e institucionaliza a cobardia dos homens, o poder difuso e anónimo é um dos principais elementos constitutivos do poder tirânico.

Isolado, absolutizado, corrompido, o poder tirânico realiza a destruição do valor simbólico necessário à natureza do poder. Subtrai-o ao terreno humano complexo que deveria ser o seu. Daí que a tirania cause horror, mas cause também um terrível acréscimo de mistificação do poder.

Nunca como hoje se exigiu do poder aquilo que ele não pode dar, aquilo que, ao longo dos séculos se pediu, em vão, aos deuses. Precisamente quando o poder se tornou mais desprezado é que se começou a pedir-lhe remédios absolutos, não só para os males que o progresso científico e técnico tem vindo a atenuar, mas para os males da condição humana e social enquanto tal.

O poder deve afastar todas as ameaças, satisfazer todas as necessidades, garantir uma segurança defi-

nitiva, fazer desaparecer as desigualdades e as rivalidades, assegurar a paz perpétua, eliminar os trabalhos indignos de um ser humano livre e responsável, fornecer a cada um os bens e os tempos livres que lhe permitam tornar-se criador. Pouco falta para que se lhe peça também para fazer parar o tempo, suprimir a história, eliminar o sofrimento, banir a morte...

Espera-se que o poder mude a vida, a sociedade, o ser humano. Espera-se que ele saiba impor regras universais aplicáveis a todos os homens e espera-se, simultaneamente, que ele saiba respeitar o carácter singular de cada excepção, de cada ser particular, de cada comportamento marginal. Ora como o poder se mostra incapaz de responder satisfatoriamente a tais expectativas, a sua força simbólica sucumbe. Só resta sonhar com um mundo sem poder.

A verdade, porém, é que o poder nunca desaparece. Mesmo enfraquecido e mutilado na sua natureza, permanece inevitável, presente, actuante. Porquê? Porque persistem, lado a lado, a vulnerabilidade humana e o querer-viver; porque a pressão, sempre próxima, das necessidades vitais impõe a interdependência dos trabalhos e dos recursos; porque os projectos humanos são diversos, contrários, muitas vezes exclusivos uns dos outros...

Suprimir todo o poder seria negar a condição do homem. O purismo dos que sonham com um anti-poder, como todos os purismos, acaba por provocar o seu contrário. Do mesmo modo que um certo purismo espiritual, recusando-se a reconhecer ao corpo o lugar que lhe compete, acaba por o confinar à pura amicalidade, também o purismo libertário, que rejeita ou ignora o poder, acaba por conduzir à criação de uma ditadura de um poder que nada reconhece para além de si mesmo.

RECONHECER O PODER

Nem pelo poder nem contra ele: tal é a nossa condição de seres que procuram crescer em liberdade.

Conformarmo-nos **com** o poder, seria identificarmo-nos com o absoluto que ele tende a ser. Pretender viver **sem** ele, seria destruir o tecido mesmo da convivência social. O importante é aprender a viver com

PODER E AUTORIDADE

Como definir hoje a autoridade distinguindo-a do poder?

Há autoridade sempre que entre duas pessoas diferentes, entre dois pensamentos, entre dois grupos humanos, se realiza um consenso a propósito de uma ordem ou de uma hierarquia de valores.

A autoridade é o guia daquilo que é superior, do que tem precedência. Pode assim falar-se da autoridade de uma verdade, de um exemplo, da autoridade da própria experiência ou do próprio passado.

CONTESTAÇÃO E PODER

A contestação do poder não é hoje, apenas, uma contestação do poder político.

É também uma contestação do poder anónimo da administração.

É a contestação do incrível poder centralizador do Estado-nação.

É a contestação da ideologia produtivista, quer ela esteja ao serviço dos estados capitalistas quer das chamadas democracias populares.

É a contestação de todas as ideologias totalitárias, sejam elas tecnocratas, revolucionárias ou sexuais.

Claude Geffré
ibidem

ele e contra ele, re-conhecendo aquilo que ele realmente é.

O sentido deste re-conhecimento é complexo. Implica, por um lado, o «conhecimento» do poder, da sua omnipresença, das suas componentes, do seu carácter inevitável, a partir do momento em que a liberdade recusa o simples reino natural da força.

Implica, por outro lado, uma desconfiança de cada instante: reconhece-se que é preciso um poder, mas desconfia-se dele; sabe-se que ele tem que ser controlado, limitado e, finalmente, subordinado.

Subordinado a quê? Em que sentido?

A humanidade nunca se cansará de sonhar com uma consciência universal, árbitro de todos os poderes. Mas, ou essa consciência é, ela mesma, um poder mais poderoso e, portanto, mais perigoso do que qualquer outro, ou é uma realidade vazia de poder, convertendo-se então, fatalmente, em instrumento de outros poderes.

Não existe à superfície da terra nenhum árbitro soberano a quem se pudesse confiar, por exemplo, a bomba atómica, para a converter num instrumento de paz definitiva. Por isso nos vemos forçados a encontrar, no próprio terreno humano — nos tecidos sociais, nas estruturas, nas tradições, nas instituições — os meios de controlar e limitar o poder.

Pelo contrário, o autoritarismo não é senão uma degenerescência da autoridade, a partir de processos arbitrários que pretendem impôr uma hierarquia de valores.

Reconhecer a autoridade é reconhecer um critério de valores que nos leva a interrogarmos-nos, em cada momento, sobre o que é importante e o que o não é, pondo em questão a nossa liberdade.

M. Franco Fortini
ibidem



É preciso «domesticar» o poder. E para isso (como quando se domestica um animal!) tem que se consentir em viver com ele a vida concreta de todos os dias.

O poder está na família, na escola, na profissão. É aí que cada um pode fazer a sua aprendizagem e começar a «domesticá-lo».

A aprendizagem do poder político começa nas unidades administrativas mais pequenas, onde se tornam concretas as escolhas da vida colectiva. «Domesticar» o poder político é exigir que se tornem lisíveis, mani-

festos, os termos dessas escolhas e decisões a nível dos grandes poderes sociais e políticos.

Ao poder político «domesticado» chamamos nós **democracia**, terreno da liberdade.

Liberdade que não é só ponto de partida mas também ponto de chegada. Liberdade que se conquista graças à ordem social e a partir dela, graças ao poder, embora contra ele. Liberdade que é simultaneamente, poder, não-poder e contra-poder. Liberdade que, sem o poder, não sobreviveria.

Jeanne Hersch
ibidem

QUE DEMOCRACIA?

Democracia é hoje um conceito larguíssimo que serve para cobrir e encobrir as mais diversas e até opostas intenções. Senão vejamos:

Democracia representativa da delegação de poderes?

Ou

democracia directa do exercício de poderes nos concelhos, nas fábricas, nos escritórios, nos bairros?

Democracia económica a tender, no limite, para a absoluta igualdade, não apenas de oportunidades, mas de remunerações e de salários?

Ou

democracia tão só política, da liberdade e da mera igualdade perante a Lei, por força das coisas (e/ou da vontade aos homens), desigual?

Democracia social?

Ou

democracia cultural?

Democracia orgânica, composta de vários membros e funções ligados dos pés à cabeça?

Ou

democracia inorgânica, atomista e horizontalista, traduzida na fórmula «um homem, um voto»?

Democracia centralizada num órgão de onde partem iniciativas e directivas, planos e projectos, ordens e programas?

Ou

democracia descentralizada, dispersa por vários

órgãos e funções de cujo agir e reagir, resulta uma harmonia do todo?

Democracia com o acento posto no vigor da sociedade civil e seus diversos corpos intermédios?

Ou

democracia com o acento draconianamente cravado no Estado, num Estado cada vez mais totalizante, mais tentacular e mais absorvente?

Democracia a partir do vértice?

Ou

democracia a partir da base?

Democracia deduzida de um princípio único a partir do qual se formulam regras e aplicações?

Ou

democracia ecléctica que deriva todo o seu bem de qualquer espaço onde o encontra ou o julga encontrar?

Democracia de bairro?

Ou

democracia de pacto social global?

Democracia societária, em que o contrato é a base, a lei e o princípio?

Ou

democracia comunitária em que as relações anímicas de reciprocidade e comunhão constituem o elo vincular e vinculativo?

Manuel Antunes

in «Repensar Portugal»

Multinova, 1979